



## DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM PROJETO DE ENSINO SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Autores:** SHIRLEY APARECIDA FERREIRA DA SILVA, MARIA APARECIDA DOS SANTOS RODRIGUES, SAMARA GRACIELLE FELIX RODRIGUES, SARA CRISTINA CARDOSA DE LIMA, THALITA BASTOS DE JESUS, SHYRLIENE SILVA SOARES BRAGA, MÔNICA AMORIM,

### Introdução

Este trabalho resulta de uma experiência vivida no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no Projeto de Pedagogia, mais especificamente no subprojeto que aborda o ensino da história nas séries iniciais da escola fundamental. O trabalho consistiu em organizar e desenvolver um projeto de ensino sobre a inclusão social de pessoas com deficiência em nossa sociedade. Isso porque entendemos que a escola é, juntamente com a família, um espaço crucial para a defesa dos direitos humanos e, portanto, para abordar questões como violência, preconceito e exclusão social dos deficientes. Estas questões, que estão diretamente ligadas ao papel da escola na formação de subjetividades, precisam ser discutidas na instituição escolar de modo a contribuir com a formação de valores dos nossos estudantes e a construção de uma sociedade inclusiva. Foram estas questões que serviram de mote desse nosso trabalho, desenvolvido com estudantes do ensino fundamental.

### Material e métodos

A partir de observações empíricas, enquanto integrantes do projeto do PIBID-Pedagogia que atua em uma escola pública situada em Montes Claros/MG, reconhecemos a premência de organizar e desenvolver uma proposta de ensino destinada à abordagem da inclusão social de pessoas com deficiência. Igualmente entendemos a necessidade de ampliar nossa compreensão sobre o tema e buscamos suporte, entre outros, nos trabalhos de Maciel (2000) e Alt (2015). Assim, realizamos um estudo teórico e, posteriormente, planejamos e desenvolvemos um projeto de ensino com as crianças do 3º ano do ensino fundamental com o intento de promover uma aproximação dos alunos com o universo da inclusão social das pessoas com deficiência e contribuir para o reconhecimento da diversidade e o respeito às diferenças.



O trabalho foi realizado ao longo de dois meses através de encontros semanais. A metodologia adotada envolveu: (1) aplicação de questionários para diagnóstico dos conhecimentos prévios dos alunos; (2) roda de história para problematizar a realidade vivida pelo deficiente; (3) palestra com especialista para analisar o trato ao deficiente e a questão da acessibilidade na escola; (4) leitura de história e análise de imagens para problematizar as diversas deficiências e o preconceito com pessoas com deficiência; (5) dinâmicas de grupo para tratar da inclusão social; (6) sessão de história e discussão sobre direitos da criança e da pessoa com deficiência; (7) construção de placas para realização de passeata na escola sobre o respeito aos deficientes.

## Resultados e discussão

Segundo Maciel (2000) ainda hoje na sociedade brasileira milhares de pessoas com alguma deficiência são discriminadas nos locais em que vivem ou são excluídas do mercado de trabalho e o processo de exclusão social dessas pessoas “é tão antigo quanto a socialização do homem”. Para Alt (2015) “Durante séculos, mesmo em países desenvolvidos, a deficiência era vista como algo degradante e motivo de vergonha”.

Em se tratando de países em desenvolvimento, como o Brasil, ainda hoje as deficiências são vistas “como algo vergonhoso, como uma maldição ou até mesmo uma punição de Deus. É comum pessoas esconderem familiares com deficiência em casa, impedindo-os de ter uma vida em sociedade”. De acordo com Alt (2015) há uma crença equivocada de que o deficiente é incapaz de “viver uma vida normal” e o preconceito favorece a exclusão dos deficientes. Muitas vezes o preconceito parte da própria família e contribui para que o deficiente internalize um sentimento de incapacidade, de vergonha, de baixa autoestima. Ademais, a falta de estrutura em países em desenvolvimento, concorre para que as pessoas com deficiência sejam extremamente dependentes de suas famílias. (ALT, 2015).

Ainda na acepção de Alt (2015) a *ausência de políticas públicas e a rejeição familiar violam direitos humanos. No enfrentamento dessa realidade, o Brasil instituiu em julho de 2015 a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)* que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. (Art. 1º da LEI Nº 13.146 de 6/7/2015).

Mas a promulgação da citada Lei é um entre os passos fundamentais para alterar o cenário de marginalização do deficiente. Entre outros, se destacam: o acatamento da Lei, a inclusão escolar e a alteração da visão social em relação ao deficiente. Ou seja, é fundamental desenvolver todo um trabalho de combate ao preconceito e, nesse quesito, a educação escolar tem papel estratégico. (MACIEL, 2000; ALT, 2015).

## Conclusão

Consideramos que o desenvolvimento das atividades com os alunos envolvidos no estudo contribuiu não apenas com a formação dos estudantes, mas com a nossa formação enquanto professoras. Assim, ressaltamos que o projeto de ensino atingiu seu propósito de contribuir com a formação cidadã das crianças e destacamos sua importância enquanto experiência de iniciação à docência já que permitiu a construção de saberes necessários ao exercício profissional, entre os quais saberes didáticos alusivos ao planejamento, bem como conhecimentos relacionados à condição do deficiente em nossa sociedade. Importante assinalar que o trabalho nos permitiu desconstruir a crença equivocada de que “o deficiente é incapaz de viver uma vida normal” e aprofundar o entendimento acerca da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (LEI Nº 13.146/2015). Ademais, reforçou nossas convicções de que o currículo escolar não pode negligenciar a abordagem e defesa dos direitos humanos.



## Agradecimentos

Agradecemos o apoio do PIBID/CAPES/MEC e da UNIMONTES.

## Referências bibliográficas

ALT, Vívian. **Como o preconceito exclui pessoas com deficiência**. Revista Carta Capital, 26/02/2015. <http://politike.cartacapital.com.br/a-maldicao-do-preconceito-as-pessoas-com-deficiencia/> Acesso em: 06/03/2017.

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 13.146 de 6/7/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm) Acesso em: 06/03/2017.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência**: a questão da inclusão social. São Paulo. Perspec. vol.14. n.2. São Paulo, Apr./June 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008) Acesso em: 05/03/2017.